



**III CONGRESSO IBERO-AMERICANO
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA
BELÉM – PARÁ – BRASIL
04 a 07 de novembro de 2015
ISSN 978-85-89097-68-0**

**A MATEMÁTICA NA ESCOLA NORMAL DE NATAL:
um olhar a partir de fontes documentais**

**Márcia Maria Alves de Assis⁷⁷
Iran Abreu Mendes⁷⁸**

RESUMO

Neste artigo apresentaremos considerações sobre a matemática revelada em alguns documentos da Escola Normal de Natal da primeira metade do século XX. Nossas considerações se baseiam em documentos encontrados em arquivos da cidade, cujo acervo faz parte da nossa pesquisa de doutorado ancorada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Buscamos nossas compreensões no sentido de visualizar a estrutura curricular da época na perspectiva da história das disciplinas escolares, em Chervel (1990), como também na Cultura Escolar Julia (1990) ao recorrermos aos vestígios das fontes pesquisadas. Os documentos utilizados na nossa análise foram encontrados principalmente no acervo do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy. A partir da análise dos documentos foi possível estabelecer algumas conexões entre procedimentos didáticos, conteúdos e recursos materiais para o ensino de matemática da época. É importante informar que parte dos documentos integrantes da nossa pesquisa, encontra-se disponível no Repositório de Fontes Digitais da Universidade Federal de Santa Catarina no endereço <http://www.repositorio.ufsc.br>

Palavras-chave: Escola Normal. Documentos. Ensino de Matemática.

⁷⁷ Doutoranda do Program de Pós-Graduação em Educação da UFRN e Docente do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy - IFESP. E-mail: marciageomat@ig.com.br.

⁷⁸ Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.
E-mail: iamendes1@gmail.com

INTRODUÇÃO

Para este estudo tomamos como fonte documental legislação e documentos escolares da época, que contribuíram para nossa descrição, compreensão e explicação do nosso objeto de estudo. Isto porque para compreender a matemática como disciplina de formação da Escola Normal, em seus múltiplos aspectos consideramos necessário entender a Cultura Escolar, como, “um conjunto de normas que definem conhecimento a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. (JULIA, *Apud* VALENTE, 2012, p. 11). Neste caso, os documentos analisados por nós foram de extrema importância nesta compreensão. Elegemos também como fonte documental alguns Relatórios da Província⁷⁹ do Rio Grande do Norte correspondentes ao período de 1896 a 1930. Elegemos este período em virtude de nosso interesse para a compreensão de nosso objeto de pesquisa que refere-se ao ensino de matemática na Escola Normal de Natal. Este texto representa, portanto, a conclusão de uma etapa da pesquisa, visto que a análise foi feita em todo o período que corresponde ao recorte da pesquisa.

Buscamos nossas compreensões no sentido de visualizar a estrutura curricular da época na perspectiva da história das disciplinas escolares, em Chervel (1990), como também na Cultura Escolar ao recorrermos aos vestígios das fontes pesquisadas. Esses vestígios “podem ser encontradas ao lado de toda normatização oficial que regula o funcionamento da escola, como leis, decretos portarias, etc. há toda uma série de produção da cultura escolar: livros didáticos, cadernos de alunos de professores, diários de classe, provas, etc”. Valente (2012, p. 11). Entretanto, não nos esquecemos de lançar nosso olhar para o que nos revelam os aspectos culturais da época em que os fatos históricos investigados ocorreram, pois neste sentido, nos orientamos pelo pressuposto de que a História Cultural pode ser descrita ao tomarmos como foco o símbolo e suas interpretações (cf. BURKE, 2004).

Para nossas buscas e interpretações tomamos como pontos focais os períodos históricos correspondentes à criação da Escola Normal e sua organização inicial na primeira república, com apoio nas legislações estaduais referentes a este período no que diz

⁷⁹ Para nosso estudo além de outros documentos, fizemos um recorte na temática de Educação, dos Relatórios da Província do Rio Grande do Norte no período de 1870 a 1930, os quais podem ser encontrados no *Centro para Pesquisadores Biblioteca de Recursos de Rede Globais (Center for Research Libraries Global Resources Network)*, no endereço <http://www.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_norte>.

respeito à educação, bem como nas propostas curriculares, conteúdos, métodos e livros didáticos adotados para a formação de professores normalistas, no estado do Rio Grande do Norte entre 1896 e 1930.

Os documentos utilizados na nossa análise foram encontrados principalmente no acervo do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy. Outros documentos foram encontrados nos acervos do Arquivo Público do Estado do RN, do Instituto Histórico e Geográfico do RN.

Dividimos este texto em quatro partes. A primeira parte se refere a esta introdução, onde situamos nosso objeto de estudo. Na segunda parte nos detivemos ao período de 1896 a 1908, em que ainda não havia uma Escola Normal de fato organizada e consolidada no Estado do RN, porém já havia algumas tentativas de implantação desta. Na terceira parte nos referimos ao período de 1908 a 1916, marcado pelo Decreto de criação da Escola Normal (1908). E, na quarta parte nos reportaremos ao período de 1916 a 1930, tendo como marco a reforma da Instrução Pública do RN em 1916.

DE 1896 A 1908: EXTINÇÃO DO CURSO PROFISSIONAL E CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE NATAL

O Ensino Profissional (Normal) em Natal funcionou por um curto período, no prédio da escola Atheneu. De acordo com o relatório de 1899 do diretor da instrução pública, Manoel Dantas, cita que no ano de 1898 a Escola Normal contava com a matrícula de três alunos e a Escola Modelo por falta de professor que foi nomeado e não compareceu para assumir o cargo, teve seu ensino interrompido. Neste ano o Curso Profissional que era dado pelo “Curso Normal” concedeu o diploma de mestre apenas aos alunos Pedro Alexandrino dos Anjos e Pedro Gurgel do Amaral. Pelo visto o número de alunos foi bem limitado em relação às expectativas. Nos relatórios de 1900 a 1906 não aparecem resultados do Curso Normal. Ao que parece, o ensino foi interrompido nesse período.

Em favor da melhoria da instrução pública uma das ações posta no relatório diz respeito à organização de material didático para as aulas de Aritmética⁸⁰, pois encontramos em um dos relatórios investigados a seguinte menção: Sobre livros didáticos, adaptou em

⁸⁰ O ensino de matemática nessa época era distribuído em Aritmética, Geometria e Desenho, pois a Matemática não se constituía ainda como uma disciplina escolar. Portanto, ao falarmos em Matemática, neste artigo estamos tratando dessas disciplinas escolares.

reunião de 20 de abril último, para o ensino inicial de Aritmética nas escolas públicas do Estado, a obrinha <Exercício de Numeração> do Dr. Pinto de Abreu. (RIO GRANDE DO NORTE, 1896, p. 1).

É importante mencionar, que Francisco Pinto de Abreu foi Lente de Matemáticas e de Francês, no Colégio Ateneu Norte-riograndense e seu Diretor desde 1901. O professor Pinto de Abreu, baseado em Pestalozzi, pregava os princípios do método intuitivo no ensino primário, embora jamais tenha vivenciado o curso de Pedagogia, que àquela época ainda era pouco desenvolvido. Mal se falava até então de Spencer, Pestalozzi, Froebel, Montessori, Herbart, autores conhecidos naquela época.

Porém, o ensino primário dessa época não atendia a necessidade da população e um dos motivos mencionados pelo Presidente da República era a falta de preparo dos professores. A partir das citações dos documentos, mencionadas anteriormente, podemos interpretar que emergia uma preocupação com a preparação de profissionais do magistério que pudessem atuar no ensino primário, pois talvez essa fosse uma necessidade premente naquele período no Rio Grande do Norte. Tal necessidade, certamente, emergia da nova organização que passava a ser dada ao ensino primário, como um efeito das novas políticas que se iniciavam a respeito da implantação dos grupos escolares e da ampliação dada à educação dos estudantes dos primeiros anos escolares na região.

O contexto socio-histórico e político em que o estado do Rio Grande do Norte se encontrava naquele momento fez emergir a necessidade de ampliação da proposta instituída na criação da Escola Modelo. Originando assim a criação de uma nova Escola Normal de Natal.

DE 1908 A 1916: CRIAÇÃO DE UMA NOVA ESCOLA NORMAL DE NATAL

Em 1908, o decreto governamental nº 178, publicado em 02 de maio no jornal A República criou uma nova Escola Normal.

Figura 1: Decreto Nº 178 de 29 de abril de 1908



Fonte: Jornal A República

Este fato previa reorganizar o ensino público do estado, visto que, além da criação da Escola Normal, a Escola Modelo foi reorganizada para o preparo dos futuros professores, alunos da Escola Normal.

A reforma da Instrução Pública do estado autorizada pela lei no 249 de 22 de Novembro de 1907, iniciou-se com o decreto no 178 de 29 de Abril [...] e vai produzindo os efeitos desejados. Restabeleceu-se a Directoria Geral, que já preencheu toda a parte técnica, [...]. Funciona proveitosamente o grupo modelo, com a frequência extraordinária de duzentos alumnos, em cujas classes praticam os futuros mestres. A Escola Normal, que conta sessenta e sete estudantes de ambos os sexos, dar-nos-á, dentro de um anno, os profissionais que deverão substituir os directores e mestres contractados para a instrução primaria (RIO GRANDE DO NORTE, 1909, p. 8).

No cenário local no início do século XX, a exemplo de outras capitais da federação, Natal/RN passou por diversas mudanças. A sede do governo do estado mudou da rua do Comércio (atual rua Chile, no bairro da Ribeira) para o Palácio Potengi. A cidade cresceu, surgindo novos bairros como o de Cidade Nova (mais tarde Petrópolis e Tirol) e do Alecrim . (cf. DIAS, 2003, p. 56).

Nessa época Pinto de Abreu foi, então, chamado pela segunda vez para a direção da Instrução Pública a 1º de julho de 1908 permanecendo até 1910. Ele próprio assumiu a direção da Escola Normal, trouxe do Rio de Janeiro o professor Ezequiel Benigno de Vasconcelos Júnior, para assumir a direção do Grupo Escolar Augusto Severo, onde se

havia de processar a experimentação dos novos métodos de ensino e realizar a prática dos normalistas.

Na estrutura curricular e a organização do ensino primário e do secundário do Estado do RN previa o acompanhamento do governo, conforme observamos no Decreto nº 214 de 26 de janeiro de 1910, que “Providencia sobre a systematização do ensino publico”. Dispõe o Artigo 4º, estão dispostos que o ensino da Escola Normal acontece em 4 anos e que serão ofertadas 9 cadeiras,

1º - Português e noções de Latim comparado. 2º - Francez pratico e theorico. 3º - Inglez pratico e theorico. 4º - Arithmetica, Algebra e Geometria concreta. 5º - Geographia, Historia do Brazil e da civilização. 6º - Noções de physica, Chimica, Historia Natural e Hygiene. 7º - Pedagogia, Instrução Moral e Civica, Economia Domestica e Legislação Escholar. 8º - Desenho natural, Calligraphia, Trabalhos manuaes e Exercicios Physicos. 9º - Musica. (GOVERNO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2010)

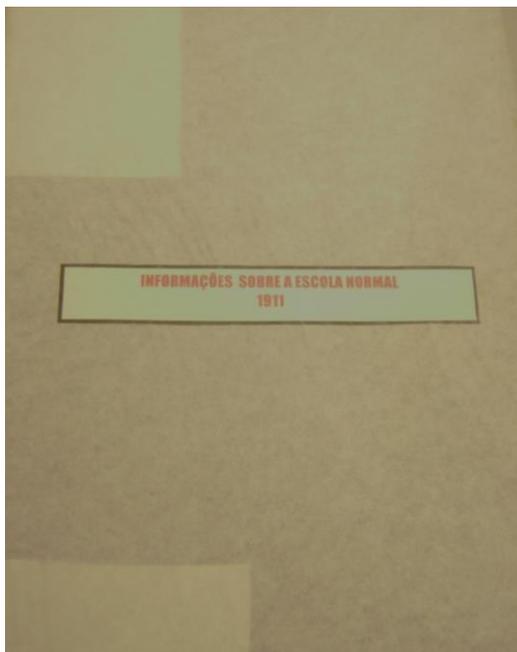
As cadeiras eram distribuídas em quatro anos letivos, nos quais apareciam no 1º ano Arithmetica, Algebra e Desenho, no 2º ano Algebra e Desenho, no 3º ano Geometria Concreta e no 4º ano não eram oferecidas as cadeiras da área da matemática. No relatório de 1911 o diretor da instrução pública considera que houve um melhoramento no ensino, após o decreto 178 de 1908, “[...]do velho systema escholar, desmantelado havia muito pelos golpes da critica aucotizada, assentou de vez em bases firmes a instrucção popular em nossa terra” (RIO GRANDE DO NORTE, 1911, p. 1).

Em alguns documentos do período de 1910 a 1930 analisados por nós constam que os primeiros profissionais formados na Escola Normal de Natal passaram a assumir as funções de professores do ensino primário e do ensino normal, diretores de estabelecimentos de ensino, diretores da Instrução Pública e outras funções docentes e administrativa. De acordo com o Relatório de Acompanhamento da Escola Normal, 1911, ministravam aulas em 1911, Manuel Garcia (Matemática), Ecilia Cortez dos Santos Lima (Desenho e Trabalhos Manuais). A professora Ecilia formou-se na turma de 1910.

Também consta nesse mesmo documento que os materiais didáticos foram comprados em São Paulo e Rio de Janeiro. Dentre estes materiais estão régua, esquadros para quadro negro, Mapas de Parker, Régua T, Transferidor para quadro negro, caixa sistema métrico. Há o registro de alguns livros, e para matemática estão Série Graduada de Matemática Elementar (René Barretto Campos, Arithmética Escolar (R. Roca Dobal), Cadernos Arithméticos (R. Roca Dobal), Elementos de Álgebra (J. Borges e G. Cardiam),

Admissão aos Ginasiais. (Soares e Borges), Anuário de Ensino 1907, 1908 e 1909 (Diretoria Geral), Revista do Ensino 1º, 2, 3º, 4º ano e 2º ano, nº 1, Cadernos de Arithmética (Escola Americana).

Figura 2: Relatório de Acompanhamento da Escola Normal, 1911.



Fonte: Arquivo do IFESP

Merece destaque no relatório de 1913, a importância dada ao conhecimento de outros sistemas de ensino por parte dos dirigentes, para aplicabilidade no estado com o intuito de melhorar o ensino público. Na página 14, temos:

Por acto de 28 de dezembro do anno passado, comissionei o director da Escola Normal, dr. Nestor dos Santos Lima, para observar os melhoramentos introduzidos na technica do ensino primario e normal do Rio de Janeiro e São Paulo, afim de applical-os nos estabelecimentos afficiaes do estado (RIO GRANDE DO NORTE, 1913, p. 14).

Em função da melhoria do ensino, também observada por nós no estudo dos relatórios da província foi criada em 1916 uma aula de reforço para o ensino primário. A primeira grande reforma no ensino se deu em 1916 e após esta apenas em 1938, que segundo Aquino (2002),

A reforma de ensino de 1916 caracterizou-se não só por reorganizar o sistema de ensino norte-rio-grandense, mas por imprimir uma articulação entre o ensino primário e o normal, nos seus diversos aspectos, ou seja, na organização dos

programas, no currículo e, principalmente, na metodologia de ensino” (AQUINO, 2002, p. 46).

O estudo de Pedagogia, que buscava a compreensão do comportamento infantil, foi introduzido na Escola Normal de Natal por iniciativa do professor Nestor dos Santos Lima na cadeira de Pedagogia, “Ele tomou essa decisão à partir de suas observações na Escola Normal secundária de Campinas em 1913” (AQUINO, 2002, p. 71). Sendo esta disciplina introduzida oficialmente no currículo do ensino normal através do regulamento de 1922. Com este regulamento outras matérias sofreram alterações tanto na nomenclatura como nos conteúdos e objetivos. À matéria de Aritmética foram acrescentados os estudos de noções de Álgebra, e à de Música, os princípios de solfejo. (AQUINO, 2002, p. 73).

DE 1916 A 1930: O ENSINO PÓS REFORMA DE 1916

A reforma de 1916, a que Aquino, 2002 se refere, diz respeito a lei 405. De acordo com a lei 405 estadual de 29/11/1916, publicada na parte oficial do jornal A República em 29/12/1916, o ensino passa a ser organizado em três níveis infantil e primário, secundário e profissional. Sendo o ensino primário da responsabilidade dos grupos escolares e das escolas isoladas, o ensino secundário da responsabilidade do Atheneu Norte-riograndense, com regulamento que se equipara ao Colégio Pedro II e o ensino profissional da responsabilidade da Escola Normal.

A Lei 405, de 29/11/1916 regulava sobre os Atos do Poder Legislativo, que organizava o ensino primário, secundário e profissional e tratava da decisão e organização do ensino em seu Artigo 7º, menciona que “O ensino profissional será ministrado na Escola Normal, lá existente para o preparo dos professores primários, e em outros cursos que forem posteriormente criados”. Pelo que estabelece a lei, ainda não havia outros cursos profissionais na época.

Sobre a organização das disciplinas na Escola Normal, o documento a seguir datado de 1916, expõe a distribuição das disciplinas em três anos de ensino. Acreditamos que a estrutura curricular presente neste documento já se impõe como reflexo da lei estadual 405.

Imagem 3: Horário de aulas da Escola Normal de Natal, 1916 (Livro de Relatórios da Escola Normal de Natal, 1916, p. 21)

	1ª feira	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	Sabado	Sunday
5ªs6	Portuguez	Portuguez	Francês	Francês	Geographia	Geographia	Algebra
5ªs5	Francês	Francês	Inglês	Phyica	Desenho	Chimica	
5ªs7	Geographia	Pedagogia	Portuguez	Portuguez	Algebra	Pedagogia	
5ªs6	Pedagogia	Phyica	Francês	Pedagogia	Hygiene	Francês	
5ªs7	Logica	Historia	Botanica	Botanica	Portuguez	Geologia	
4ªs8			Musica		Pedagogia	Musica	

Approved and Congregação de 20 de Janeiro de 1916.
 Director

Fonte: Arquivo do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy

Percebemos neste documento, que em relação às outras disciplinas, a aritmética no 1º ano detinha uma carga horária semanal maior, ou seja, de 3 horas semanais, em seguida português, francês e geografia com 2 horas, cada uma e álgebra, desenho e trabalhos manuais com 1 hora cada uma.

Já no segundo ano, a prioridade se dá na disciplina de pedagogia com 3 aulas semanais, em seguida tinha português e francês com 2 aulas semanais cada uma. Em seguida tinha inglês, geografia, física, química, álgebra e desenho com apenas uma aula semanal cada uma. Neste ano a aritmética não era trabalhada no 2º ano.

Observando ainda o documento, percebemos que as disciplinas da área de matemática já não eram trabalhadas no 3º ano, prevalecendo a disciplina pedagogia com 3 aulas semanais.

Quanto aos conteúdos de matemática trabalhados no Curso Normal, para a cadeira de Aritmética, no documento de 1916 é distribuído apenas no 1º ano do curso. Já em 1917 os conteúdos destinados a esta cadeira são distribuídos no 1º e no 2º ano do curso, com se refere o relatório do diretor da Instrução pública Manoel Dantas datado de 1917 descreve os seguintes:

Figura 4: Quadro de conteúdos de matemática e métodos para o 1º e 2º anos da Escola Normal

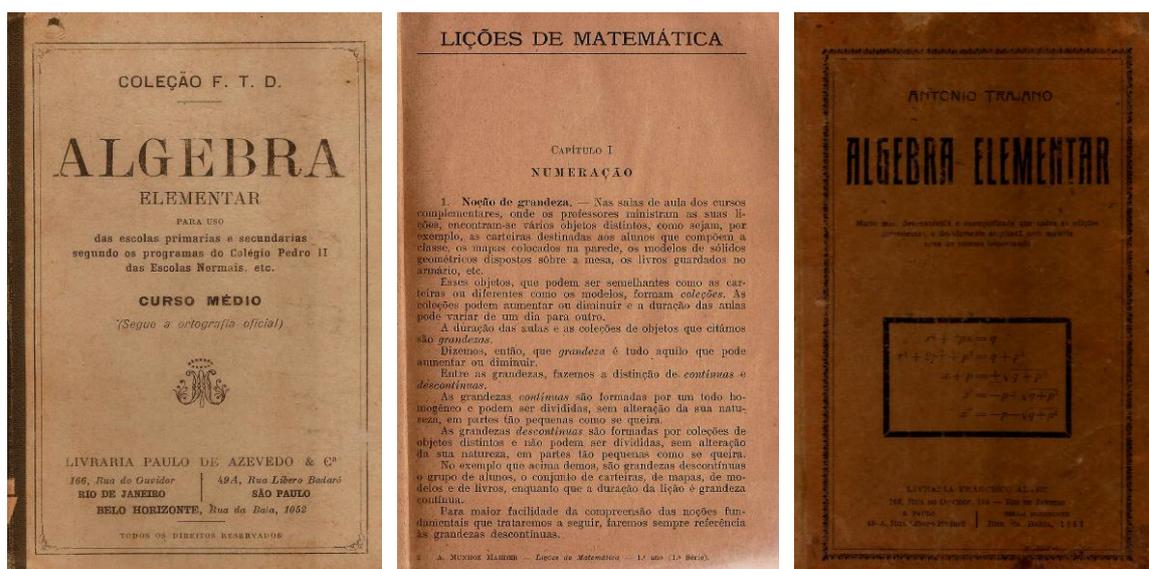
ANO DE ENSINO	CONTEÚDOS E MÉTODOS
1º ANO	Duas lições por semana, empreendendo os princípios fundamentais sobre inteiros e sobre decimais, a divisibilidade, máximo divisor comum, e mínimo múltiplo comum, os números primos, as frações ordinárias: variação, comparação, redução ao mesmo denominador, simplificação e quatro operações; conversão de fração ordinária em decimal, finita ou infinita; dízimas periódicas, quadrados e raiz quadrada; sistema métrico decimal. Resolução de problemas adequados que se refiram o mais possível a assunto da vida comum.
2º ANO	Uma lição por semana, sobre razões e proporções, gradezas direta e inversamente proporcionais, regra de três, regra de companhia; noções de câmbio e das principais moedas nacionais e estrangeiras com as respectivas conversões. Metodologia da aritmética na aula primária com o seu caráter educativo ou geral e caráter instrutivo ou particular. Problemas práticos que despertem interesse na utilidade imediata e exercitem os alunos atendidos.

Fonte: Quadro elaborado com dados obtidos no livro de atas encontrado no Arquivo Público do Estado do RN, de 1917.

Observamos que os conteúdos de Aritmética propostos para o Ensino Normal têm uma relação direta com os propostos para o Ensino Primário, visto que estes se aplicam aos anos iniciais e finais do curso primário. A reforma do ensino de 1916 procurou dar ênfase ao ensino na Escola Normal de modo a articular este ensino com o ensino primário e pelo que observamos neste quadro, não só os conteúdos estão articulados, mas algumas orientações aos métodos propostos no 1º ano “Resolução de problemas adequados que se refiram o mais possível a assunto da vida comum” e no 2º ano “Problemas práticos que despertem interesse na utilidade imediata e exercitem os alunos atendidos”.

Sobre os materiais didáticos dos anos 1920 e 1930, encontramos no arquivo do IFESP, alguns livros didáticos adotados no Ensino Normal, dentre eles estão os livros: Álgebra Ensino Médio, FTD, 1925; Lições de Matemática, Algacir Maeder, 1934; Álgebra Elementar, Antonio Trajano, 1932.

Figura 5: Livros didáticos usados na Escola Normal de Natal/RN



Fonte: Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy - IFESP

No decreto 411, de 1938, não fazia menção quanto à metodologia a ser aplicada, mas “estabeleceu os dispositivos que substituíram as determinações do regulamento de 1922, no que se referia à organização e à admissão ao curso secundário, e ao curso normal, transferências, regime de aulas, provas e promoções e às atribuições da Congregação dos Lentes, entre outros”. (AQUINO, 2002, p. 116).

Em outros documentos relacionados à matemática do ensino primário verificamos que novamente há recorrência de temas e abordagens didáticas, bem como orientações curriculares relacionadas ao ensino de matemática para os cinco anos do ensino primário. Além de documentos relacionados a abordagem didática, pudemos verificar que dos livros didáticos que foram usados na Escola Normal de Natal nas primeiras décadas do século XX, em Lições de Matemática do 1º ano de Algacir Maeder, 1932 observamos que os conteúdos abordados têm relação com os conteúdos trabalhados no Ensino Normal e no Ensino Primário, citados acima. No seu prefácio conseguimos identificar o local, data e editora, nele o autor faz algumas considerações sobre a abordagem didática dos conteúdos. Alguns conteúdos, são: Numeração; Adição; Subtração; Multiplicação; Divisão; Problema de recapitulação; Números primos; Frações ordinárias; Frações decimais e números decimais; Noções sobre as principais formas geométricas; Sistema inglês de pesos e medidas; Sistema métrico decimal; Determinação de áreas e volumes.

Nesse sentido, compreendemos que a partir da análise dos documentos foi possível estabelecer algumas conexões entre procedimentos didáticos, conteúdos e recursos

materiais no ensino de matemática da época desenvolvido na Escola Normal e algumas recomendações para o Ensino Primário.

Desse modo, a historiografia do ensino de matemática no estado do Rio Grande do Norte, pode nos apresentar pistas sobre esse ensino e contribuições para refletir sobre o ensino de matemática atual.

Após a investigação dos documentos e a concretização de um exercício interpretativo das fontes consultadas, em busca de formular descrições e explicações sobre o objeto de pesquisa definido no início deste artigo, consideramos necessário fazer nossa reflexão, mesmo que sucinta, acerca da importância de se investigar e escrever essa parte da História da Educação do Rio Grande do Norte, de modo a buscar contribuir para que melhor se compreenda o desenvolvimento da cultura matemática com vistas à formação matemática das educadoras (Normalistas) naquele período.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Luciene Chaves de. A Escola Normal de Natal (1908 – 1938). 2002. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

BURKE, Peter, 1937. O que é história cultural? Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: Teoria e Educação. Porto Alegre, nº 2, p. 177-229, 1990.

DECRETO nº 178 de 29 de abril de 1908. Natal: Jornal A República de 02 de maio de 1908.

DECRETO nº 214 de 26 de janeiro de 1910. Natal: Jornal A República, 1910.

DIAS, Eliane Moreira. A educação feminina no Rio Grande do Norte (década de 1920). 2003. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

ESCOLA NORMAL DE NATAL. Livro de Relatórios da Escola Normal de Natal. 1916.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Volumes LVI-LVII-LVIII, Anos 1964, 1965 e 1966. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971, p. 51-59

RIO GRANDE DO NORTE. Relatório do Presidente Joaquim Ferreira Chaves Filho. Mensagem ... 15 de Julho de 1896.

RIO GRANDE DO NORTE. Relatório do Presidente Alberto Maranhão. Mensagem ... 01 de novembro de 1909.

RIO GRANDE DO NORTE. Relatório do Presidente Alberto Maranhão. Mensagem ... 01 de novembro de 1911.

RIO GRANDE DO NORTE. Relatório de Acompanhamento da Escola Normal. In: Livro de Acompanhamento da Escola Normal de Natal, 1911

RIO GRANDE DO NORTE. Relatório do Presidente Alberto Maranhão. Mensagem ... 01 de novembro de 1913.

RIO GRANDE DO NORTE. Livro de Relatórios da Escola Normal de Natal, 1916

RIO GRANDE DO NORTE. Lei n. 405 de 29 de novembro de 1916. Reorganiza o ensino primário, secundário e profissional, no Estado. Actos legislativos e decretos do governo [Typ d' A Republica], Natal, RN, 1916, p.69-103.

RIO GRANDE DO NORTE. Relatório do Presidente Joaquim Ferreira Chaves. Mensagem ... 01 de novembro de 1917.

VALENTE, Wagner Rodrigues. A matemática escolar: perspectivas históricas. São Paulo: PUCSP, 2012.